



COVID 19: POSSIBILIDADES E LIMITES DA EDUCAÇÃO

IONÊ EVANGELISTA DOS REIS¹
ALEXANDRE ROSA ²

RESUMO

No contexto da Cibercultura e da pandemia da Covid-19, o objetivo deste artigo é analisar maneiras como o sistema educacional é vivido e abala os brasileiros, sobretudo, no campo da educação. O acesso à internet, renda mínima e à segurança social no contexto do coronavírus (COVID-19) evidenciam a fragilidade social. Neste cenário, as escolas lugares de ensino (sala de aula), foi mobilizado pelo UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) para enfrentar as dificuldades de acesso à internet e construir coletivamente a checagem de informações, capilarização e fortalecimento das políticas e estratégias para conter a exponencialidade da propagação do vírus covid-19.

Palavras chaves: sala de aula, tecnologia, covid-19.

INTRODUÇÃO

Fomos tomados de surpresa quando em março de 2020, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura) comunicou que mais de 776 milhões de alunos do planeta estavam fora da sala de aula em virtude da disseminação do novo Corona vírus - o COVID-19. Fato que despertou um alerta entre o que já estava consagrado pelo século XXI na escola e a realidade vigente.

A pandemia do COVID-19 emergiu mundialmente em meio um debate que, ao menos no Brasil, há décadas se restringe a discussões no universo acadêmico, raramente chegando até a sala de aula: o uso das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) no processo de ensino e aprendizagem. A oferta de uma educação mediada pela tecnologia sempre enfrentou barreiras, principalmente pautadas na desinformação e falta de preparo dos docentes.

A Câmara Legislativa do Distrito Federal aprovou, em maio de 2008, uma lei que proíbe o uso deste aparelho em sala de aula, porém as escolas têm dificuldades em aplica-lo. Estariam as escolas e o Estado na contramão da História e da evolução da Educação?

Antes de responder a essa pergunta, porém é preciso esclarecer um pressuposto:

¹Graduação: Faculdade João Calvino, Licenciada em Filosofia Em Bom Jesus da Lapa – Bahia, curso de Especialização em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação em Filosofia e Sociologia da Educação. Pós-Graduação Lato Sensu, GO . Curso de Especialização em Metodologia de Ensino e Pesquisa na Educação em Metodologia do Ensino Superior. Pós-Graduação Lato Sensu, GO. Curso de Especialização em Psicopedagogia Clínica e Institucional Pós-Graduação Lato Sensu. Faculdade de Ciências e tecnologia da BA. Discente da PÓSGRADUAÇÃO STRICTO SENSU KYREY SÃSO INSTITUTO DE EDUCACION SUPERIOR ASUNCION-PARAGUAY. Professora Municipal da Cidade de São Félix do Coribe - Bahia. Na escola de 1º grau Leônidas de Araújo Castro. Nível: II. ione_nam@hotmail.com

²Mestrando no Instituto de EducaciónKyre y Sãso – Asunción – Paraguay; xadjvc@yahoo.com.br



qualquer processo educativo só é possível graças a dois agentes: o educador e o educando. Nenhuma estratégia pedagógica será eficaz se não envolver e mobilizar quem ensina e quem aprende. B.F. Skinner (1975) provou que nenhuma máquina educativa funciona corretamente sem o planejamento e a supervisão de um especialista, e também sem o interesse de quem vai se submeter a ela.

Em tempos de “isolamento social” o desafio inicial foi buscar uma lógica onde o afastamento físico e ferramentas informacionais não representassem distância e sim proximidade, aproximações de realidades, discursos, expectativas e compromissos instituídos coletivamente. Foi levada em conta que a política de democratização de acesso à internet garante acesso a 70% da população, segundo dados da pesquisa TIC domicílios 2018. Segundo a mesma pesquisa, 85% dos usuários de Internet da classe D e E acessam a rede exclusivamente pelo celular, 2% apenas pelo computador e 13% se conectam tanto pelo aparelho móvel quanto pelo computador.

As tecnologias e o pensar científico nunca estiveram tão imbricados nesta nova perspectiva e necessidade de ensinar em tempos de reclusão. Talvez seja um dos aspectos positivos a ser herdado pós-pandemia: a reconexão e reafirmação do pensar em sala de aula sob a ótica da ciência e da informação, juntas e indissociáveis. Um modelo emergente de autonomia à aprendizagem. Até porque, modelo é uma palavra do presente momento. Modelar pode conduzir o aluno a gerar, de forma espontânea o que já chamamos de mapas mentais e conceituais. Organizar a informação é um grande desafio em sala de aula. A ‘movimentação’ rápida das ideias, transformando-as em informação, sendo possíveis de se tornarem unidades de significados em distintos níveis de assimilação. Cabral e colaboradores (2020) nos dizem que a inferência tem papel central em praticamente todos os ramos da ciência, seja ela natural exata ou social. Inferir, a meu ver, na sala de aula, e na vida, passará a ser mais valioso do que reter uma informação, pura e simplesmente.

Desta forma, optou-se pelo celular como ferramenta central para os processos formativos e ainda produção/adaptação e transmissão de conteúdo. O processo formativo envolve encontros em vídeo-chamada com transmissão ao vivo/webinário, possibilitando interação entre jovens e mediadores. A não escolha pelo termo virtual é consciente, partindo do significado que o virtual é o que não tem efeito real, que existe em potência. Por isso, entende-se sua inadequação para o sentido do processo formativo, que incide diretamente no real em toda sua realização.

Por tanto, quando falamos de Educação pública estadual e municipal, devemos incluir mais um fator que exclui o bom funcionamento destas tecnologias: a ausência da internet wi-fi



de qualidade e de livre acesso nas escolas. Esses aparelhos precisam da internet para funcionar adequadamente, e muitas escolas não contam com esse recurso e as que possuem o utilizam somente para serviços burocráticos da instituição.

Assim, a construção deste trabalho de pesquisa, cujo tema “covid-19: possibilidades e limites da educação” surgiu a partir da necessidade de questionar os profissionais da educação quanto à responsabilidade social que a escola tem como entidade formal, e levá-la a refletir sobre a importância do seu papel que a mesma exerce como agente influenciadora na sociedade a que pertence.

Outro ponto que se pode refletir sobre tudo isso se refere à oferta de uma educação plena para a vida, também como apregoa o art. 205 da Constituição Federal. Não basta oferecer qualquer educação. O país precisa de educação que promova o desenvolvimento de novas habilidades e competências para enfrentar os novos tempos, que não se restringem simplesmente a questões vinculadas às discontinuidades tecnológicas.

Uma das grandes preocupações dos especialistas em educação é com o impacto de tudo isso na vida das crianças e dos jovens a partir de agora. Jamais em nossa história nos sentimos tão fragilizados. Esse vírus que simplesmente paralisou o planeta, expondo a nossa fragilidade, também mostrou aos governantes a necessidade de investir fortemente em ciência e tecnologia. Felizmente, muitos deles estão conduzindo as decisões com base em evidências científicas, e não em achismos, até porque muita informação vem circulando nesse espaço de tempo.

REFERENCIAL TEORICO

Ferramenta indispensável no século 21, o celular chegou às salas de aula como mais uma forma de complementar a educação dos estudantes. Entretanto, a facilidade veio acompanhada de desafios para conseguir o desenvolvimento de modos criativos e associá-lo ao ensino.

Diante deste contexto pretende-se através da abordagem do tema sugerido, levar a comunidade escolar a refletir sobre a importância do papel social que ela exerce sobre a sociedade em que está inserida, e canalizar este recurso na formação do caráter social da sua clientela. Percebe-se, portanto, que será de suma importância que o poder público se mobilize para que, mesmo sob uma lógica de mitigação dos impactos negativos nos estudantes, os professores recebam orientações e apoio adequado para lidarem com tamanha tarefa.

Como estamos vivendo em época de transição com uma ruptura evidente no momento de Educação, proporcionando diferentes formas de ensino e aprender um determinado conceito



em um ambiente colaborativo de construção de conhecimento, que propicia tanto aos professores quanto aos estudantes o uso de novas tecnologias para o desenvolverem competências essenciais para os novos desafios do novo milênio.

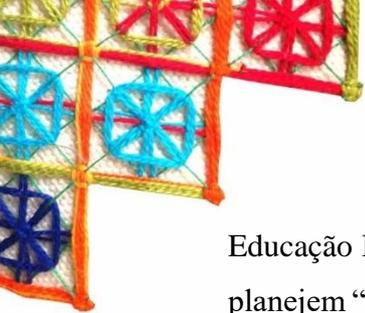
Com isso, desenvolvem-se ações visando ampliar o senso de urgência para a necessidade de mudanças na Educação, produzindo-se conhecimento com o objetivo de apoiar a tomada de decisão das diferentes esferas do poder público e articular junto aos principais atores para efetivar as medidas que podem impactar os rumos da Educação. Além disso, monitorar crítica e continuamente os indicadores e as políticas educacionais do País.

Diante da situação de fechamento das escolas de Educação Básica, os estudantes (crianças e adolescentes), ficaram em casa. Ante a preocupação de não os deixar sem atenção escolar o Ministério da Educação (MEC) juntamente com os Conselhos de Educação Nacional e Estaduais propuseram que o atendimento educacional fosse feito de forma remota. O ensino a distância, com o uso de plataformas como a Google Classroom, ou alguma outra específica dos Sistemas de Ensino ou da própria escola, como é o caso de algumas escolas particulares. Ou, ainda, redes sociais como Facebook, Instagram, WhatsApp, dentre outras. Pois bem, aqui, o que poderia ser uma possibilidade de manter uma comunicação ativa entre a escola e a família, entre os professores, professoras e os estudantes, de acolhimento e atenção nesse momento de distanciamento social, acabou ganhando contornos não muito acolhedores. Diante de discursos desencontrados sobre como se daria esse ensino a distância na Educação Básica, muitos profissionais da educação e pais começaram a entender que iria se estabelecer a modalidade de Educação a Distância (EaD).

A portaria nº 343 publicada no Diário Oficial da União, em 17 de março de 2020, dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do COVID - 19 (BRASIL, 2020). A medida é válida por 30 dias ou enquanto durar a situação da pandemia. Por meio da portaria, o MEC resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, a substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 (BRASIL, 2020, p.01).

Assim, a Nota de Esclarecimento e Orientações do Conselho Estadual de Educação (CEE/BA - 2020) esclarece e orienta sobre a reorganização das atividades escolares do Sistema Estadual e Municipais de Ensino devido a pandemia da COVID-19. Na nota o CEE/BA (2020) orienta e recomenda, para a continuidade das atividades escolares, que as instituições de



Educação Básica, vinculadas ao Sistema de Ensino do Estado da Bahia, públicas ou privadas, planejem “atividades voltadas para a aprendizagem” e reorganizem “seus calendários escolares, nesta situação emergencial, podendo propor, para além da reposição de aulas de forma presencial, formas de realização de atividades escolares não presenciais, adotando regime remoto, via internet, se possível”.

A Portaria informa ainda que as Instituições de Ensino, integrantes do sistema federal de ensino, devem comunicar ao MEC, por meio de Ofício, a opção que será adotada como medida de prevenção ao COVID-19.

Substituição das disciplinas presenciais, em andamento, por aulas que utilizem meios e tecnologias de informação e comunicação, nos limites estabelecidos pela legislação em vigor, de que trata o art. 2º do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; Suspensão das atividades acadêmicas presenciais, desde que cumpram os dias letivos e horas/aula estabelecidos na legislação em vigor; Alteração do calendário de férias, desde que cumpram os dias letivos e horas-aula estabelecidos na legislação em vigor (BRASIL, 2020, p.01).

E, nesse contexto começou uma corrida de “cada um por si”. Escolas particulares, especialmente as que já tinham em suas propostas pedagógicas e rotinas de trabalho com o uso de plataformas digitais, como forma de complementação das atividades dos estudantes, intensificaram seu trabalho. Nestas, tanto os profissionais quanto os estudantes e as famílias já tinham alguma familiaridade com a proposta de ensino a distância. Necessárias algumas adaptações e reformulações, mas “a vida segue”.

Com este novo enfrentamento à COVID-19 a comunicação pode ocupar um lugar estratégico se não limitada à transferência de informação. Araújo e Cardoso (2007) ressaltam que pela comunicação é possível ser agente de “manutenção ou transformação da realidade”. Indicando como conceito de renovação na comunicação e saúde Araújo (2003) se apropria do conceito de polifonia de Bakhtin, entendendo-o não somente como transmissão de conteúdos acabados, e sim espaço de produção/negociação de sentidos.

No entanto, há as outras escolas, os outros profissionais da educação, os outros estudantes da Educação Básica, as outras famílias. Será que para estes também “a coisa” foi apenas uma intensificação de algo que já acontecia ou se trata de algo totalmente novo em se tratando de dinâmica escolar? Assim, questiona-se a vida que segue. Essas atividades remotas poderem ser computadas na programação da atividade escolar obrigatória. E quanto àqueles estudantes que não tiverem acesso, por motivos diversos, a essas atividades, como isso se dará?

Considerando as condições particulares e a lógica de produção de sentidos que carregam uma multiplicidade de vozes é que se consolida a experiência de profissionais, através de um



conjunto de ações de comunicação popular em escolas públicas para ampliar acesso as informações seguras sobre direitos, saúde e prevenção à COVID-19

Nesse momento essa proposta de ensino a distância na Educação Básica tem muito mais perguntas que respostas. É atribuída, às famílias, a responsabilidade de construir um direcionamento para os estudos dos filhos em casa. No entanto, o que realmente cabe às famílias nesse contexto?

Aqui ganha corpo a ideia de que pais e mães precisarão ensinar os filhos em casa, caberia a eles uma função que é da escola?

Cabe ressaltar, que o uso do ensino a distância tem respaldo na atual LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira), Lei nº 9.394 de 1996) (BRASIL, 1996), em seu Artigo 80, estabelecendo que o “Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada”. No que se refere mais especificamente ao Ensino Fundamental, encontramos no Artigo 32, § 4º, que reza que “O ensino fundamental será presencial, sendo o ensino a distância utilizada como complementação da aprendizagem ou em situações emergenciais”. Em relação ao Ensino Médio, o Artigo 36, § 11º diz que “Para efeito de cumprimento das exigências curriculares do ensino médio, os sistemas de ensino poderão reconhecer competências e firmar convênios com instituições de educação a distância com notório reconhecimento”. Quanto a Educação Infantil, não foi encontrada, na atual LDB, nenhuma referência quanto a possibilidade do ensino a distância.

Assim, as instituições escolares têm autonomia para construção de suas propostas pedagógicas e o desenvolvimento da mesma. Se a razão central de ser da escola é a aprendizagem do aluno, com qualidade formal e política, todos os investimentos precisam ser aquilatados com base nesta ótica.

Neste contexto, nos faz refletir e (re)inventarmos enquanto professores numa proposta dinâmica, que dinamize a aprendizagem dos alunos nesse momento que estamos passando. É o convite que nos vem sendo feito por Nóvoa (1999) e por Schön (1997), para que sejamos professores reflexivos, ou seja, profissionais capazes de pensar, analisar e questionar a própria prática com a finalidade de agir e aprimorá-la construindo uma atuação autônoma, possibilitando, também aos estudantes, a construção da autonomia, tão importante em tempos de crise em que a tomada de decisão é um imperativo. É também o convite feito por Becker e Marques (2010), para que sejamos professores- pesquisadores, cuja principal característica é contextualizar o que ensina por força de uma atividade investigadora e reflexiva da própria prática, considerando tanto a própria condição quanto a do estudante em termos cognitivos,



sociais, econômicos e tecnológicos.

Ou talvez ainda, mas ao convite que nos é feita na Pedagogia da Autonomia (FREIRE, 1997) e conseguirmos, apesar de tudo manter (ou quiçá, construir) a esperança. Já estaremos agindo nesse processo de (re)invenção. Sem negar o desespero que não poucas vezes nos assalta. Sem negar a desesperança como algo concreto e sem desconhecer suas razões históricas, econômicas e sociais.

Mas, acreditando, como o fez Paulo Freire (2016) na esperança e no sonho como estratégias de luta.

Pensar que a esperança sozinha transforma o mundo e atuar movido por tal ingenuidade é um modo excelente de tombar na desesperança, no pessimismo, no fatalismo. Mas, prescindir da esperança na luta para melhorar o mundo, como se a luta se pudesse reduzir a atos calculados apenas, à pura cientificidade, é frívola ilusão. [...] O que é essencial [...], é que ela, enquanto necessidade ontológica, precisa de ancorar-se na prática. Enquanto necessidade ontológica, a esperança precisa da prática para tornar-se concretude histórica (FREIRE, 2016, p. 15).

Talvez seja isso, exercer nossa liberdade de escolha, assumir a responsabilidade por nossos atos, sustentados pela esperança de que em tudo há aprendizado.

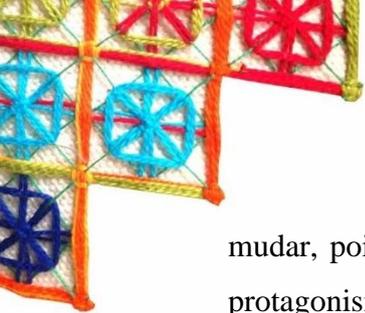
Vimos que as mudanças nesse sentido dependem de transformações políticas e que a escola não pode, por si só promover-las, mas reconhecemos na educação um espaço possível de conscientização e encaminhamento das mudanças. A eficácia da atuação da escola dependerá da maneira como formos capazes de enfrentar certos problemas fundamentais.

Desta forma, o uso das tecnologias constrói conhecimento através da troca de experiências, dos aprendizados e do acesso mais amplo às informações disponibilizadas.

Propiciando ao docente a oportunidade de realizar seu trabalho pedagógico de uma forma mais atualizada, no entanto, parece que essa oportunidade tem se tornado mais um tema que gera muitas discussões entre professores. São diversas as justificativas para não se trabalhar com os recursos digitais, entre eles a falta de tempo para uma atualização, o espaço precário nas instituições de ensino destinadas a estas práticas, ferramentas ultrapassadas ou que não funcionam como deveriam, medo de estragar os equipamentos, entre outras desculpas. Estes empecilhos muitas vezes, então, dão origem a profissionais que embora tenham acesso aos novos recursos, terminam por executar as atividades da mesma forma como sempre as realizaram.

Assim sendo, enquanto alguns papéis enraizados na cultura escolar devem ser revistos, outros precisam ser mantidos.

Além disso, se a escola de hoje precisa ser redesenhada, o professor também necessita



mudar, pois o mundo moderno requer um docente que promova discussões, que estimule o protagonismo dos estudantes e seja, acima de tudo, mediador. Logo, ele também deve investir na sua formação e ampliar os seus horizontes, para inovar motivar, encantar, inspirar e outros. Entre os caminhos para essa mudança, um deles é buscar práticas de diferenciação pedagógica, pois não cabe mais ensinar a todos os alunos como se estivesse ensinando a um só. Como se diz o educador José Pacheco (2006), “nossa deficiência não é de aprendizagem, e sim de ensinagem”.

Daí a importância da ação conjunta de profissionais do ensino, de alunos, de pais de alunos e de associações de diversos tipos partidos políticos, grupos diversos da sociedade civil, todos empenhados em esclarecer os objetivos a serem alcançados pela escola e em exercer pressão sobre os órgãos públicos, para que cumpram o que lhe compete.

Diante dessa abordagem, o ensino com o uso da tecnologia, é uma mistura metodológica que impacta ação do professor em situações de ensino e a ação dos estudantes em situações de aprendizagem. Portanto a adoção do Ensino com as Tecnologias exige que sejam repensadas a organização da sala de aula, a elaboração do plano pedagógico e a gestão do tempo na escola, pois os professores terão que sair da posição convencional para se tornar facilitadores de aprendizagem. Ao mesmo tempo, os alunos também terão que abandonar a posição passiva e “aprender a aprender” de forma colaborativa, inclusive desenvolvendo o pensamento crítico e as competências essenciais, tanto para adquirir conhecimento quanto fazer conexões com a aprendizagem.

A sociedade passa por um amplo processo de transformação, sobretudo na evolução digital. Hoje em dia, por exemplo, muitas tarefas - que aconteciam de forma presencial - não se realizam mais sem a presença dos dispositivos digitais, de modo online. Vive-se, então, em um contexto social em que a conectividade e a colaboração fazem parte da vida de milhões de pessoas desde cedo.

Conforme Conforto e Vieira (2015, p. 45):

A abundância de recursos e de conteúdos físicos e digitais, aliada à ampliação dos serviços de conexão móvel com a Internet, de armazenamento em nuvem e a evolução da telefonia celular, promoveram o surgimento de uma nova modalidade de educação, a Aprendizagem Móvel.

Desta forma, a legislação é um dos focos de atenção; por isso os grupos interessados na real transformação da escola precisam procurar maneiras de evitar que se continue legislando autoritariamente, a partir de decisões tomadas “de cima para baixo”, sem a prévia discussão com os envolvidos no processo.



Desde modo, outra importante questão é a do financiamento da educação, sobretudo quanto à distribuição das verbas públicas, que devem garantir prioridades realmente educacionais.

CONCLUSÃO

Estávamos nós, envolvidos em atividades rotineiras e bem rápidas, muitos dos problemas e dilemas que pareciam extremamente relevantes viraram pó. A pandemia infectou milhões, nos fez lembrar-se de nossas fragilidades e do que é essencial. Infectou, também, e de forma mortal, dogmas, certezas e comportamentos naturalizados sem razão de ser. Temos outro contexto, agora, e para continuarmos a ensinar-aprender teremos que construir novas bases de relacionamento entre professores, estudantes e escolas.

Neste contexto, o investimento em educação mediada por tecnologias, na educação básica, com programas prioritários para educação digital e alocação de financiamento decente para a efetiva inclusão digital devem ser encarados como política pública estratégica. Durante a pandemia tem se elevado o tom quando se discute a continuidade das atividades letivas com recursos educacionais digitais na educação pública, pois um grande contingente de estudantes, principalmente da educação básica, não possui artefatos digitais e recursos financeiros para estudar por meio da Internet. Este é um fato, e temos que aprender com ele. Porém vejo, em muitos discursos simplistas, a afirmação de que a exclusão digital é (ou será) causa de exclusão social. Ela é, de fato, um dos seus efeitos, fruto de mazelas econômicas e políticas de décadas. Portanto, teremos uma janela de oportunidades para revermos o que não deu certo e investirmos em inclusão digital e em educação, ao mesmo tempo.

É importante lembrar que a situação emergencial é também momento propício para fomentar uma política de universalização do acesso às informações e conhecimentos disponibilizados pela internet. No quadro atual de desenvolvimento tecnológico, estamos dentro de possibilidades de reconfigurar as políticas de acesso tecnológico não mais ao acesso institucional (por meio da escola), mas a um acesso individual, em que todas as pessoas vinculadas à escola têm direito a esse bem. Nessa medida, nos envolvemos com uma política que visa à diminuição das desigualdades existentes entre alunos das escolas públicas e privadas.

Cabe ainda salientar que em um contexto de crise, manter os profissionais da educação e, por conseguinte, a escola, em seus diferentes níveis, estranha e distanciada dos sujeitos que a frequentam é atuar pelo enfraquecimento dessa instituição que é o pilar social da contemporaneidade. Corre-se o risco para a ampliação da desvalorização da educação,



historicamente demonstrada no Brasil por meio de cortes de gastos e de profissionais.

A preocupação que se levanta a respeito de possível mercantilização da educação é real, conforme apontam Costa e Libâneo (2018), mas, sob a ótica da problematização, deve ser considerada sob a perspectiva de se apresentar proposições que desconstruam a dinâmica mercantil e fortaleçam o caráter público e universal da educação.

Neste sentido, o paradigma educacional pós-Covid, não fará mais sentido perdermos tempo categorizando o que é educação a distância ou educação presencial. A educação mediada por recursos educacionais digitais será o novo normal. Em um contexto no qual as tecnologias digitais tornam-se referências do setor produtivo, de serviços, de pesquisa e desenvolvimento, o momento considerado uma crise pode se configurar em uma possibilidade de fortalecer uma formação tecnológica que ultrapasse a dimensão do consumo e se torne crítica e produtiva de conhecimentos (escolares ou não).

Por fim, a ausência da participação dos e das profissionais da educação nessa discussão, em algumas circunstâncias, por iniciativa de resistência de grupos docentes, bem como a negativa em se considerar as tecnologias digitais como elementos que promovem a inclusão e não o seu contrário, podem abrir portas ao setor privado que, em convênios firmados diretamente com os poderes executivos da união, de estados e municípios brasileiros, irão impor iniciativas que não representarão as necessidades e as demandas daqueles diretamente envolvidos.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, I. **Razão polifônica: a negociação de sentidos na intervenção social.** Perspectivas em Ciência da Informação, Belo Horizonte, v. 8, p. 46-57, jul./dez. 2003. Número especial.

ARAÚJO I. S, CARDOSO J. M. **Comunicação e Saúde.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 152 p. (Coleção Temas em Saúde).

BECKER, F.; MARQUES, T.B.I. (org.) **Ser professor é ser pesquisador.** Porto Alegre: Mediação, 2010.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Nota de Esclarecimento. O Conselho Nacional de Educação (CNE), COVID-19 no fluxo do calendário escolar. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação, 18 de março de 2020.



BRASIL. Portaria N° 343, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus - COVID-19. D.O.U 18/03/2020. Disponível em:

<<http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>>. Acesso em: 03 mai. 2020.

CABRAL, R. B. G.; CHASE, S. A. N.; RIBEIRO, R. C. M.; MARQUES, G. T.; MORAIS, E. C.; ZISSOU, A. J.; ANDRADE, E. S. C.; COUTO, W. O.; SANTOS JÚNIOR, P. C.; CAMPOS, P. S. S.; ALMEIDA, J. F. S.; CHASE, O. A. Estudo inicial sobre a evolução do novo coronavírus (SARSCOV-2) no estado do Pará (Brasil), no período entre 17/03/2020 e 06/04/2020. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 2, p. 2914-2931, 2020.

RESOLUÇÃO CEE N.º 27, de 25 de março de 2020. Disponível em <http://www.conselhodeeducacao.ba.gov.br/arquivos/File/homologadares272020.pdf> Acesso em: 29/04/2020.

CETIC.BR.TIC Domicílios 2018. Disponível em <https://www.cetic.br/tics/domicilios/2018/domicilios/A4/>. Acesso em: 13 abr. 2020

CONFORTO, Debora; VIEIRA, M. C. **Smartphone na Escola: Da Discussão Disciplinar Para a Pedagógica**. *Latin American Journal of Computing*, v. II, p. 43-54, 2015. Disponível em https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3788/educacao-adistancia-e-as-voltas-queaterradaA?fbclid=IwAR0Q9h76vRfDjeF128SliNvJQc43H_XeOQptJ25FcAxBV_h9atWcYMjQ>. Acesso em 19 de maio de 2020.

COSTA, Renata Luiza da; LIBANEO, José Carlos. **EDUCAÇÃO PROFISSIONAL TÉCNICA A DISTÂNCIA: a mediação docente e as possibilidades de formação**. *Educ. rev.*, Belo Horizonte, v. 34, n. e180600, 2018. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-44698180600>. Acesso em: 05 maio 2020.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo/Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2016.

NÓVOA, A. **Os professores na virada do milênio: do excesso dos discursos à pobreza das práticas**. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 11-20, 1999.

Pacheco, José Augusto. (2006). **Uma perspectiva atual sobre a investigação em Estudos Curriculares. Perspectiva**. *Florianópolis*, v. 24, n. 1, p. 247-272, jan. 2006.

Skinner, B. F. (1975) **Tecnologia do Ensino**. (R. Azzi, trad.). São Paulo: E.P.U - Editora Pedagógica e Universitária. (Trabalho original publicado em 1968).

SCHÖN, D. A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In: NÓVOA, A. (org.). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1997. p. 93-114.